

Iniciativa do GPPS/Açores é importante contributo para aumentar preço do leite pago ao produtor

Na sequência das audições realizadas na Comissão de Economia, no âmbito da proposta do PS/Açores que “recomenda ao Governo dos Açores a adoção de medidas para o relançamento econômico do setor do leite e laticínios”, Carlos Silva destaca a concordância que existiu em relação ao facto de “o preço do leite pago ao produtor ser muito baixo”. O deputado do PS/Açores insiste na importância de todos os intervenientes “assumirem as suas responsabilidades” neste processo.

“Foi praticamente unanime o reconhecimento de que já foi feito muito trabalho”, realçou o deputado do Grupo Parlamentar do PS/Açores, referindo-se às melhorias nos caminhos agrícolas, na capacidade de abastecimento à lavoura e na eletrificação das explorações. “Estes são factores que contribuem para reduzir os custos de produção e aumentar os rendimentos, mas é preciso fazer mais”, acrescentou.

Depois de ouvido o Presidente da Federação Agrícola dos Açores e os representantes da ANIL e Lactaçores, esta segunda-feira, na Comissão de Economia, Carlos Silva reconhece que “nem todos querem assumir as suas responsabilidades nesta matéria”, mas reitera a importância de haver “um acordo entre a produção e a indústria, sendo que esse acordo deverá reverter para aumentar o preço do leite pago ao produtor”.

Considera, por isso, que a iniciativa do PS/Açores é um passo importante para dar resposta a esta necessidade, recomendando ao Governo que atue, incentivando essa “união de todos os intervenientes do setor do leite e laticínios - produtores, cooperativas, associações, indústria e distribuição” que “adote medidas para que as indústrias de Laticínios dos Açores possam promover acordos de tarifas com a distribuição”.

Promover e apoiar iniciativas “com vista à internacionalização e exportação dos produtos lácteos dos Açores, com o objetivo de continuar a alcançar novos mercados para os nossos produtos”, é outra das medidas que o Grupo Parlamentar do PS/Açores propõe no projeto de Resolução que está a ser analisado na Assembleia Legislativa dos Açores.

Ponta Delgada, 3 de maio de 2021